



FORMAÇÃO DE PROFESSORES E SUAS IMPLICAÇÕES NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

Eixo-temático: Profissão Docente e Formação de Professores

Maria Elze dos Santos Plácido
[GEPEL/UFS]
[elzeplacido@hotmail.com]

Maria Gorete Bezerra de Araújo
[GEPEL/UFS]
[gorebezerra@gmail.com]

Solange Lacks
[NPDED-DED/UFS]
[solange_lacks@uol.com.br]

Josiane Cordeiro de Sousa Santos
[SEME-SE]
[josicordeiros@hotmail.com]

Resumo: Enxerga-se que atualmente, a política educacional busca correlacionar educação, desenvolvimento e trabalho, ressuscitando a teoria do "capital humano"¹. Essa visão economicista da educação associada à ideia de que a educação melhora o desempenho no trabalho e de que sua expansão potencializa o crescimento é bastante questionada por alguns autores que vêem como um desdobramento dos postulados da teoria econômica marginalista, aplicados à educação e como forma de aumentar o controle sobre o trabalhador e o processo de trabalho. Nesse sentido, o educador necessita em sua formação se apropriar do conhecimento científico acumulado historicamente e produzido coletivamente pelos homens, pois, os conhecimentos científicos são os resultados mais elaborados da experiência humana e são imprescindíveis para a apreensão da realidade objetiva no sentido do agir adequadamente. Entretanto, percebemos que as categorias educação, produção do conhecimento e a formação do professor sob a égide do projeto capitalista não têm conseguido atingir o desenvolvimento do grau de maturidade científica para a ação prática na realidade.

Palavras-chave: Formação de professores. Reformas. Políticas Governamentais.

¹Essa teoria procura explicar o investimento em educação, como potencializadora do aumento da capacidade de trabalho e de produção. Ou seja, a produtividade do indivíduo depende da maior ou menor quantidade de capital humano que ele detiver. Maiores esclarecimentos, consultar Schultz (1973).



1 – INTRODUÇÃO

As mudanças ocorridas na sociedade atual, ocasionadas pela globalização da economia, provocaram mudanças nos diferentes campos econômicos, sociais e culturais, trazendo novos desafios para a educação. Portanto com a reestruturação do capitalismo - empreendida desde meados de 1970 e a predominância do ideário neoliberal, a formação do professor emerge como um dos fatores relevantes no processo de transformação social.

Diante desse entendimento enxerga-se que a política educacional busca correlacionar educação, desenvolvimento e trabalho, ressuscitando a teoria do "capital humano"². Essa visão economicista da educação associada à ideia de que a educação melhora o desempenho no trabalho e de que sua expansão potencializa o crescimento é bastante questionada por Frigotto (1993), que a vê como um desdobramento dos postulados da teoria econômica marginalista, aplicados à educação e como forma de aumentar o controle sobre o trabalhador e o processo de trabalho.

Nessa (re) significação da teoria do capital humano, a política governamental traz para o foco central a educação como forma de integrar as sociedades cada vez mais ao processo produtivo. Assim, privilegia o professor como protagonista central desse processo, que passa a ser uma peça-chave na reforma do sistema de ensino. No entanto, formados em rígidos paradigmas educacionais que privilegiam um modelo de formação baseado na racionalidade técnica³ na qual, inevitavelmente, se dá a separação pessoal e institucional entre a teoria e a prática, os professores têm dificuldade de desenvolverem um trabalho que atenda as reais necessidades da classe trabalhadora impedindo-os de se apropriarem tanto dos bens materiais quanto culturais.

A política de formação de professores, implementada nas últimas décadas, deve ser entendida como estratégia do denominado ajuste estrutural, que direcionou as reformas do

²Essa teoria procura explicar o investimento em educação, como potencializadora do aumento da capacidade de trabalho e de produção. Ou seja, a produtividade do indivíduo depende da maior ou menor quantidade de capital humano que ele detiver. Maiores esclarecimentos, consultar Schultz (1973).

³Segundo Perez Gómez (1995), no modelo de racionalidade técnica, a atividade do profissional é, sobretudo instrumental, dirigida para a solução de problemas mediante a aplicação rigorosa de teorias e técnicas científicas. Trata-se de uma concepção epistemológica da prática, herdada do positivismo, que prevaleceu ao longo de todo o século XX, servindo para a educação e socialização dos profissionais em geral e dos docentes em particular.



Estado no plano político institucional e no plano econômico-administrativo. Portanto, está inserida em uma perspectiva de adaptação dos profissionais às novas exigências do sistema capitalista. Na análise dos documentos oficiais, fica evidente que se está constituindo no campo da formação uma nova institucionalidade, cujas premissas ancoradas na formação por competências e na lógica que lhe é associada, possibilitam a criação de novos dispositivos na formação inicial e continuada do professor.

A reforma da formação de professores, implantada atualmente no Brasil, não é isolada. Os seus principais eixos são encontrados tanto nos países desenvolvidos como em países em desenvolvimento, pois são elaborados seguindo as orientações dos organismos multilaterais de financiamento. Esses eixos foram discutidos nas diferentes conferências mundiais de educação realizadas, como as de Jomtien (1990) e Dakar (2000), e estão expressas em documentos expedidos pelos organismos internacionais como o Banco Mundial, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO –, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, – e a Comissão Econômica para América Latina – CEPAL.

No Brasil, essas diretrizes foram configuradas principalmente nos seguintes documentos: Plano Decenal de Educação (1993-2003), Planejamento Político Estratégico (1995-1998), Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/96 (BRASIL, 1996) e no Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2001).

No entanto, somente após a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases, nº 9.394/96 (BRASIL, 1996), essas ações que visavam à reforma da formação dos professores foram fortemente implementadas por meio de Pareceres, Resoluções e outros documentos oficiais, que procuraram dar "uma nova feição" às práticas da formação. Para Mello (2004), era necessário promover uma (re)visão radical nas formações realizadas pelas universidades, pois são muito conteudistas e desarticuladas com a realidade.

2-DESENVOLVIMENTO



POLÍTICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSOR E SEU PAPEL NA CONTEMPORANEIDADE

A reforma na formação dos professores expressa uma preocupação básica a respeito do papel que esses profissionais devem desempenhar no mundo de hoje. O movimento internacional tem indicado algumas dimensões que vêm contribuindo para compor o modelo arquitetônico da formação de professores. Estes modelos estão orientados no sentido de mobilizar conhecimentos para a ação e compreender o processo de construção do conhecimento, através da pedagogia das competências e da pedagogia do professor reflexivo-pesquisador, isto é, além das competências observa-se também fortemente a pedagogia do professor reflexivo. Em relação à formação como prática reflexiva. Viana (2011) aponta que

[...] Nas últimas décadas a formação de professores tem sido fundamentada nas pedagogias do “aprender a aprender”, dentre elas, na pedagogia do professor reflexivo com a intenção de formar no professor o pesquisador permanente das práticas educativas. Este paradigma do professor reflexivo-pesquisador tem se justificado no espaço acadêmico como uma inovação por fazer a “crítica” ao intelectualismo acadêmico e ao tecnicismo, e por tomar a prática educativa como o principal referencial para a produção do conhecimento, portanto, uma suposta “dissolução” do histórico problema da separação entre teoria e prática, considerando que nas formas clássicas da educação se tinha “muita teoria e pouca prática”.

O discurso da reforma educacional define a "prática reflexiva" como modelo adequado para atender às novas exigências do mercado de trabalho. Esse modelo traz para o professor um novo perfil: ser mais participativo e ter mais autonomia para decidir sobre a sua atuação no cotidiano escolar; dessa forma, é incorporado pelo discurso oficial do MEC e amplamente divulgado pelo documento intitulado Referenciais para Formação de Professores (BRASIL, 1998). O documento coloca a necessidade de redimensionar o papel do professor e da formação profissional, tomando, como referência, o Relatório Jaques Delors – que indica os quatro pilares da educação para as próximas décadas – aprender a conhecer; aprender a fazer;



aprender a viver junto e aprender a ser⁴ (grifos nossos). Essa perspectiva configura uma nova tendência para a educação escolar, redimensionando o papel dos professores e exigindo uma formação profissional diferente da atual.

Com efeito, a formação de professores é perceptível na ótica dos organismos multilaterais, tendo em vista que eles através de sua prática possam atuar como interlocutores das demandas neoliberais na educação. De acordo com Shiroma (2003) o relatório de Delors (1998) recomenda atenção especial que deve ser dada ao recrutamento de professores e seu aperfeiçoamento “alertando para o fato de que se deveria não só controlar o desempenho dos professores, mas também manter com eles um diálogo sobre a evolução dos saberes, métodos e fontes de informação” (SHIROMA e EVANGELISTA 2003, p.81).

Desta forma, a concepção ideológica do termo está empregada para definir competências vinculadas à execução de tarefas e reprodução dos pacotes⁵ por meio de atividades no contexto escolar que respondam a necessidade de formar trabalhadores para o mercado de trabalho. Sendo assim, as exigências de novas competências na formação de professor são destacadas no Relatório Delors (1998), o qual destaca que além da competência pedagógica o professor deve ser pesquisador. Recomenda que o professor exerça outras profissões e aconselha permuta entre esses profissionais, sendo evidenciada nesse termos a descaracterização da profissão docente.

As novas responsabilidades são atribuídas aos professores, de modo que estes atendam as demandas de um sujeito polivalente com maiores abrangência possível de habilidades, adaptação dos profissionais da educação aos referidos moldes.

A maneira de atuação dos empresários capitalista na educação é organizada e estruturada como estratégia. Isso se evidencia quando os grupos empresariais da educação deixaram de criar um sistema privado de ensino no âmbito nacional, que ficou a cargo do governo, porém a ação dos empresários teria retornado a partir de 1995, quando o setor empresarial busca influenciar decisivamente nos rumos da educação brasileira de forma mais

⁴A UNESCO instaurou, em 1993, a Comissão Internacional sobre a Educação para o Século XXI com o objetivo de identificar as tendências da educação nas próximas décadas, e, em 1996, divulgou seu relatório conclusivo. O documento ficou conhecido como Relatório Jacques Delors.

⁵ O termo pacote é mencionado no âmbito da economia nos anos 90 como contenção de crise, assim também na educação deforma semelhante são criados projetos, métodos, programas descontínuos que pode ocasionar a impressão que os problemas da educação ou da escola serão resolvidos em curto prazo, sem buscar uma solução radical com a criação de um sistema educacional (grifo nosso)



ampla, concretizando-se tanto pela via do discurso, quanto pelo fortalecimento de “lobbies”⁶ (FERRETI, 2005, p.105), nas casas legislativas ou nos Ministérios da Educação e do Trabalho para fazer aprovar matérias de seu interesse no que se refere à educação.

Portanto os cursos de formação, independente da preocupação com uma sólida formação do professor, que lhe dê condições de fazer uma leitura crítica do mundo, se ocupará em ensinar aquilo que terá utilidade garantida. Nesse aspecto, reside uma das grandes mudanças enfrentadas no campo da formação, os conhecimentos deixam de ser importantes para se dá maior destaque ao saber fazer. Isso significa uma redução quantitativa de conhecimentos e forma operacional de apresentá-los, tornando a formação superficial e pragmática.

Discutindo sobre o modelo de formação de professores adotado ao longo da história dos processos formativos, Kuenzer (2000) assim se posiciona:

[...] É preciso compreender que a cada etapa de desenvolvimento social e econômico correspondem projetos pedagógicos, aos quais correspondem perfis diferenciados de professores, de modo a atender às demandas dos sistemas social e produtivo com base na concepção dominante. A primeira questão a elucidar diz respeito às mudanças ocorridas no mundo do trabalho e suas decorrências para a educação e para a formação do professor.

Nessa novarealidade, a pedagogia dominante nos modelos tayloristas/ fordistas que tinha como intenção atender às demandas educacionais dos trabalhadores e dirigentes numa concepção clara da definição de fronteiras entre as ações intelectuais e instrumentais, em decorrência de relações de classes bem demarcadas que determinavam o lugar e as atribuições de cada um, não responde mais às exigências do mundo do trabalho.

Esse modelo de pedagogia definiu um perfil de professor cujas habilidades em eloquência se sobrepunha à rigorosa formação científica, pois era suficiente compreender e transmitir bem o conteúdo escolar que compunha o currículo, manter o respeito e a boa disciplina, requisitos básicos para a atenção e que garantiam a eficácia da transmissão.

⁶FERRETI, J. C. Empresários, Trabalhadores e Educadores: Diferentes olhares sobre as relações de trabalho e educação no Brasil nos anos recentes. In: SAVIANI, D. Capitalismo, Trabalho e educação, Autores Associados, 2005.



Com a globalização da economia e com a reestruturação produtiva, esse paradigma muda significativamente. A mudança da base eletrônica para a base microeletrônica passa a exigir o desenvolvimento de habilidades cognitivas e comportamentais, próprias de ser desenvolvidas nas escolas, tais como: análise, síntese, criatividade, raciocínio lógico, interpretação e uso de diferentes formas de linguagem, necessárias para adaptação dos jovens às variações de funções que passaram a compor o mundo do trabalho.

Na ótica empresarial, tem prevalecido o entendimento de que os novos perfis profissionais e os modelos de formação exigidos atualmente pelo paradigma da produção capitalista podem ser expressos, resumidamente, em dois aspectos: **polivalência** e **flexibilidade**⁷ Essas características estariam postas para os trabalhos de todos os ramos e atividades e incluiria a identificação de habilidades cognitivas e de competências sociais requeridas no exercício das diferentes profissões. Isso requer o repensar dos perfis profissionais e dos programas de formação, qualificação e requalificação de diferentes instituições formadoras.

Cabe destacar que no âmbito da formação do professor as políticas atuais têm reforçado a concepção pragmatista e conteudista fazendo com que o professor tenha dificuldade de estabelecer a relação entre teoria e prática no processo educativo.

A realidade atual também tem se configurado como um precário processo de certificação e/ou diplomação e a não qualificação na formação docente. A formação em serviço da imensa maioria dos professores passa a ser vista como lucrativo negócio nas mãos do setor privado e não como política de responsabilidade do Estado e dos poderes públicos. O “aligeiramento” da formação inicial dos professores em exercício começa a ser operacionalizado, na medida em que tal formação passa a ser autorizada fora dos cursos de licenciatura plena como até então ocorria e como estabelece o art. 62 da Lei de Diretrizes e Base da educação.

Vivemos, portanto, ao contrário do que prega o discurso oficial, um processo de “desprofissionalização” do magistério.

⁷Para Machado (1998) a polivalência se apoia no uso cientificista da ciência sujeitando o conhecimento à mera instrução utilitarista e o trabalhador a processos de adaptação definidos por regras prescritas com anterioridade. Para Cabral Neto (2004) a flexibilidade dos currículos evidencia-se na maneira de construir uma estrutura curricular que permita incorporar outras formas de aprendizagem e formação presente na realidade social. [...] Com essa abordagem a flexibilização curricular substitui o modelo de grade por uma nova estrutura que permite.



Diante do exposto percebe-se que a formação do professor é a base para a materialização de uma política global para o profissional da educação, apresentando uma conexão coerente entre a formação inicial e a formação continuada de professor e conseqüentemente uma articulação com as condições de trabalho, salário e carreira, e deve ser entendida como

[...] um processo de construção permanente do conhecimento e desenvolvimento profissional, a partir da formação inicial, e vista como uma proposta mais ampla, de hominização, na qual o homem integral, omnilateral, produzindo-se a si mesmo, também se produz em interação com o coletivo. (ANFOPE, 1998).

Diante desta discussão, cabe enfatizar que a formação de professor, remete-nos ainda à temática das novas tecnologias e da educação à distância, estreitamente relacionada à política de formação continuada e que por via de regra priorizam as tutorias em ações fragmentadas e sem vinculação com os projetos pedagógicos das escolas, bem como as formas interativas em detrimento da forma presencial, do diálogo e da construção coletiva (ANFOPE, 2000)

Outro aspecto que merece destaque é a ênfase na individualização e responsabilização dos professores pela própria formação e pelo aprimoramento profissional. Caberá aos professores “identificar melhor as suas necessidades de formação e empreender o esforço necessário para realizar sua parcela de investimento profissional” (MELLO, 1999, p. 10)

Portanto ao avaliarmos a política de formação de professores, podemos perceber que esta formação deficitária e fragmentada, recai no processo de produção do conhecimento tornando-o, pragmático, eclético e minado por vazios teóricos (KUENZER, 1998, p. 42)

Diante desta realidade chega-se ao entendimento de que a fragilidade na produção do conhecimento é gerada a partir da precarização na formação docente acarretando a falta de clareza das tendências teórico metodológicas nas pesquisas.

Diante do exposto a Universidade enquanto instituição voltada para a busca de possíveis respostas, indagação, investigação e inquirição da realidade, sugere uma formação consistente no âmbito científico, elaborando-se um conjunto de conhecimentos que nos auxilie e nos oriente em nossas ações. Portanto, a pesquisa científica tem uma intencionalidade que é elaborar conhecimentos os quais possibilitem compreender e transformar a realidade, estando inserida, como atividade, em determinado contexto histórico-



social. Dessa forma, está ligada a todo um conjunto de valores, ideologias, concepções de homem e de mundo. Destarte no campo da produção do conhecimento, a pesquisa vai referir-se, assim, à preocupação em se conhecer a contexto social na qual os profissionais da educação atuam, tendo como centralidade as concepções teóricas de abordagem da prática pedagógica e o conjunto de recursos e técnicas que oferecem suporte na busca de novas descobertas e de novos conhecimentos.

3 – CONSIDERAÇÕES FINAIS;

Diante do exposto entende-se que , o educador necessita em sua formação se apropriar do conhecimento científico acumulado historicamente e produzido coletivamente pelos homens, pois, os conhecimentos científicos são os resultados mais elaborados da experiência humana e são imprescindíveis para a apreensão da realidade objetiva no sentido do agir adequadamente. Entretanto, percebemos que as categorias educação, produção do conhecimento e a formação do professor sob a égide do projeto capitalista não têm conseguido atingir o desenvolvimento do grau de maturidade científica para a ação prática na realidade.

4 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFIAS:

ANFOP; e Fórum Nacional em defesa da Formação do Professor. Documento apresentado em Defesa da Formação do professor. Documento apresentado na Reunião de Consulta com o setor Acadêmico no âmbito do programa Especial “Mobilização Nacional por uma Nova Educação Básica”. Brasília: CNE, 07/11/2000.

FRIGOTTO, G. Educação, crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento: teorias em conflito. In: FRIGOTTO, G. **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século.** (Org.). Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

KUENZER, A. Z. **Desafios teórico metodológico da relação trabalho-educação e o papel social da escola.** In Frigotto, G.(Org.). Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século. Petrópolis, RJ, RJ: Vozes, 1998.

_____. A formação dos profissionais da educação: propostas de diretrizes curriculares nacionais. B.H. ANPED, 1998.



KUENZER, A. Z. ; MORAES, M. C. **Temas e tramas na pós-graduação em educação.** Educação e Sociedade, Campinas v. 26, n.93, p.1341-1362, Set/Dez 2005.

MELLO, G. N. Formação Inicial de professor para a educação básica: uma revisão radical. (Documento principal – versão preliminar para discussão interna) 1999.